

Rui teria sinalizado apoio a Elmar para comando da Câmara

MATEUS SOARES
REPÓRTER

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, do Partido dos Trabalhadores, teria mostrado apoio ao líder do União Brasil na Câmara Federal, Elmar Nascimento, na corrida pela sucessão do atual presidente da Câmara, Arthur Lira, do Partido Progressistas. Essa sinalização teria ocorrido durante um recente encontro entre o petista e seu antigo adversário político na Bahia.

De acordo com um artigo publicado ontem no jornal Folha de São Paulo, Rui Costa teria assumido o compromisso de apoiar Elmar desde que o parlamentar baiano demonstre

maior lealdade ao Palácio do Planalto.

Apesar do União Brasil ocupar três ministérios, além da influente Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), indicada pelo próprio líder do partido, a legenda não tem sido uma aliada confiável do presidente Lula, do PT.

Vale ressaltar que Elmar deixou de ser ministro devido à pressão do PT baiano, incluindo Rui Costa e o senador Jaques Wagner. O PT da Bahia não deve aceitar facilmente uma aliança entre o governo e um adversário político no estado para a presidência da Câmara.

A eleição para a presidência da Câmara acontecerá apenas daqui a um ano e meio. Ao se reunir com Elmar, Rui Costa decidiu

ajudar na articulação política do governo, e esse assunto já está na agenda. Outro baiano que almeja o cargo de sucessor de Lira é Antonio Brito, do Partido Social Democrático (PSD), que também busca apoio do Palácio do Planalto, assim como o líder do União Brasil.

Um forte concorrente é o presidente nacional do Republicanos na Bahia, deputado Marcos Pereira, de São Paulo. No entanto, ele enfrenta a desvantagem de pertencer a um partido de oposição, o mesmo partido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que poderá concorrer à presidência em 2026 caso o ex-presidente Jair Bolsonaro esteja inelegível.

Recentemente, em uma entrevista concedida ao site



O MINISTRO Rui Costa teria mostrado apoio ao líder do União Brasil na Câmara Federal, Elmar Nascimento, na corrida pela sucessão do atual presidente da Câmara

Política Livre, o presidente do Republicanos na Bahia, deputado federal Márcio Marinho, admitiu que o partido trabalhará para consolidar a candidatura de Marcos Pereira à sucessão de Lira, mesmo mantendo uma postura independente em relação ao governo Lula:

“Vamos trabalhar para que isso ocorra.

O deputado Marcos Pereira já fez gestos para Arthur Lira, lá atrás, cedendo o espaço do Republicanos para permitir que o atual presidente da Câmara organizasse acordos políticos para poder conquistar

a reeleição. Apoiamos Arthur Lira. A vida é feita de gestos e temos feito isso nas duas eleições do atual presidente. Tenho certeza de que Marcos Pereira terá um papel relevante nessas discussões e tem todas as condições de presidir bem a Câmara”.

DEBATE ACALORADO

Câmara de Salvador aprova LDO para 2024

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A Câmara Municipal de Salvador aprovou o Projeto de Lei nº 125/2023, de autoria do Executivo Municipal. O PL estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro do ano de 2024 da Prefeitura de Salvador. Também foram aprovados outros dois projetos do Executivo Municipal e diversas proposições parlamentares de autoria dos vereadores.

O líder do Governo na Casa, Kiki Bispo (UB), frisou que a aprovação da LDO é de suma importância. “Final, a Lei Orçamentária da cidade estabelece um

direcionamento para as ações do Executivo. E temos em Salvador as contas saneadas e a autonomia do município restabelecida nos últimos dez anos. E com essa aprovação a Prefeitura vai poder trabalhar ainda mais pela cidade”, afirmou o parlamentar. De acordo com ele, com esta atuação de hoje e deste semestre a Câmara de Salvador demonstra estar favorável aos interesses da cidade. Já a vereadora Laina Crisóstomo (PSOL) pontuou que apresentou algumas emendas à LDO. “Infelizmente não foi aprovada a nossa proposta que garantia as emendas impositivas dos vereadores na LDO. E essas emendas impositivas estão previstas na Lei Orgânica do

Município”, disse. “Entretanto, conseguimos a inclusão de uma emenda de nossa autoria que versa sobre a garantia da previsão orçamentária para a execução de projetos para a população de rua”, frisou.

Na mesma tarde, também foi aprovado o Projeto de Lei nº 149/2023, que estabelece o reajuste para o cargo de provimento efetivo de Técnico em Infraestrutura e Serviços Municipais. Estão incluídos neste benefício os guardas civis municipais; servidores da Companhia de Governança Eletrônica de Salvador (Cogel); Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Desal); Empresa de Limpeza Urbana do Salvador (Limpurb) e os apo-

sentados e pensionistas. BATE-BOCA - Os vereadores Augusto Vasconcelos (PCdoB), Claudio Tinoco (União Brasil) e Sidinho (PSDB) bateram boca na Câmara de Salvador após o comunista levantar a possibilidade de existir um suposto “lobby” das telecomunicações na Casa.

A confusão aconteceu durante o debate sobre o projeto de lei que regulamenta a instalação de estações de 5G na capital. Vasconcelos, que pedia a inclusão de uma emenda fiscalizatória ao texto, insinuou que a vereadores da Casa estariam envolvidos com o tal “lobby” - que, segundo ele, teria chegado como uma “missa encomendada” do Palácio Thomé de Souza.

Foto: Valdemiro Lopes/CMS



A CÂMARA Municipal de Salvador aprovou o Projeto de Lei nº 125/2023, de autoria do Executivo Municipal

Articulação política de Jerônimo Rodrigues vai continuar na Serin

Comenta-se que Florence supostamente teria interesse na articulação política

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A Casa Civil do governo Jerônimo Rodrigues (PT) começou a ser alvo de especulações desde a semana passada, com a pressão para que Afonso Florence (PT) seja retirado do cargo para a entrada de Marcus Cavalcanti - um nome ligado ao ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT).

Nos bastidores, vem sendo espalhada uma narrativa de que Florence supostamente teria interesse na articulação política da gestão estadual. Comenta-se, contudo, que possibilidade é remota. Hoje, a articulação política

de Jerônimo está toda nas mãos de Luiz Caetano, titular da Secretaria de Relações Institucionais (Serin). Os dois principais instrumentos de articulação, que são as emendas dos deputados e a aprovação de cargos, estão em estruturas próprias da Serin. Em resumo, é a Serin que decide e é quem faz a ponte de toda a política com o gabinete do governador.

“Nenhuma chance de articulação ir para a Casa civil. Não tem por que ter qualquer insatisfação de Afonso quanto a isso, porque desde o início do governo já estava decidido que seria assim, pois o próprio Jerônimo fez esse desenho”, relata uma fonte da gestão estadual.

Em entrevista à Rádio Excelsior neste final de semana, Jerônimo classificou como “perversidade” os rumores sobre uma eventual troca na Casa Civil. “Afonso é muito competente, ele estuda os temas todos. Não entendi o porquê, é alguma perversidade”, reagiu o chefe do Palácio de Ondina.

“Afonso é de extrema confiança, estou respondendo por educação e delicadeza e reafirmando minha confiança no meu secretário professor Afonso Florence”, emendou Jerônimo.

Vale lembrar que a relação entre Jerônimo e Afonso é antiga. Florence, que atualmente exerce o mandato

de deputado federal, foi Ministro do Desenvolvimento Agrário do Brasil entre os anos de 2011 e 2012, no Governo Dilma Rousseff. Foi nessa época que ele indicou Jerônimo para ser seu braço-direito.

A chegada em Brasília fez com que o petista ocupasse cargos importantes nacionalmente, como os postos de Secretário Executivo Adjunto do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretário Nacional do Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), Secretário Executivo do Programa Pró Territórios/Cumbre Ibero Americana e Assessor Especial do Ministro do Desenvolvimento Agrário.



A ARTICULAÇÃO política de Jerônimo está toda nas mãos de Luiz Caetano, titular da Secretaria de Relações Institucionais

Henrique Carballal aguarda parecer jurídico sobre mandato

HENRIQUE BRINCO/REPÓRTER

O presidente da Câmara de Salvador, Carlos Muniz (PSDB), afirmou que a Casa aguarda um parecer técnico da Procuradoria Jurídica sobre a situação do vereador Henrique Carballal (PDT). O edil vai assumir o cargo de presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), nomeado pelo governador Jerônimo Rodrigues (PT). Contudo, quer permanecer na vereança. “Ele acha que pode estar nos dois

cargos. Tanto como presidente da CBPM, como vereador. Vamos consultar a Procuradoria da Casa e vamos passar o parecer para ele”, disse Muniz após a sessão ordinária de ontem.

“Se a Procuradoria tiver a orientação de que ele poderá assumir apenas um cargo, ele terá que escolher se vai ficar como vereador ou presidente da CBPM”, emendou Muniz. Com o impasse, o suplente Randerson Leal (PDT) está impedido de assumir a cadeira deixada por Carballal. O vereador, aliás, se despe-

diu dos pares na sessão da última segunda-feira.

“Nunca disputei nenhum cargo público que não fosse o de vereador. Honrei e busquei honrar esse mandato. E não vai ser cumprindo outras funções que deixarei de honrar o meu mandato de vereador”, discursou. “Onde eu estiver, serei o vereador Carballal. Quando eu morrer, quero que as pessoas lembrem que tem dois títulos que tenho orgulho: o de professor e o de vereador. [...] Quero pedir desculpas por qualquer erro que possa ter cometido”.

Senado decidiu politicamente por alterar arcabouço, diz Cajado

MATEUS SOARES/REPÓRTER

O deputado federal baiano Cláudio Cajado (PP), relator do arcabouço fiscal na Câmara, criticou a versão do texto aprovada no Senado, que incluiu mais exceções à regra de gastos. Ele defendeu que as mudanças sejam revertidas quando o texto for apreciado novamente pelos deputados. Segundo Cajado, os senadores não apresentaram “justificativas técnicas” para a exclusão dos gastos com o Fundo de Manutenção

da Educação Básica (Fundeb), o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e as despesas com ciência e tecnologia do arcabouço fiscal. Em uma entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, o deputado Cláudio Cajado afirmou: “O Senado, lamentavelmente, decidiu politicamente suas alterações, sem qualquer embasamento técnico”.

As alterações foram incluídas no parecer pelo relator no Senado, o senador Omar Aziz (PSD), e aprovadas pelo plenário. Devido a essas

modificações, o texto precisa ser votado mais uma vez na Câmara, que terá a palavra final antes do envio para sanção presidencial.

No entanto, Cajado declarou que só tratará do assunto na próxima semana, afirmando que “até lá, nada acontecerá”. Ele reforçou seu compromisso em retornar ao teor do seu relatório original, que foi elaborado com justificativas técnicas para cada ponto alterado. Dos três itens excluídos dois - Fundeb e FCDF - já estavam livres de limitações na proposta original.